

Fonte Folha de São Paulo Class.: 194

Data 8 de novembro de 1978 Pg.: _____

Dos Leitores

O Estado e o índio

Sr. Redator

Surpreendeu-me a carta do sr. Lauro de Oliveira Lima ("Estado", 27/10) que tratava da questão da emancipação de comunidades indígenas.

A alternativa colocada pelo missivista resumia-se, em poucas palavras, ao seguinte: ou as culturas primitivas são inferiores à nossa, e seus membros dotados de uma mentalidade pré-lógica, como queira Lévy-Bruhl, e nesse caso justifica-se a manutenção da tutela dessas "crianças" que seriam os índios; ou o pensamento selvagem já é um pensamento lógico, e as sociedades são diferentes mas equivalentes. Neste caso, porém, o que justificaria a tutela?

Seu correspondente acusa Lévi-Strauss (na realidade, a refutação de Lévy-Bruhl data de Durkheim, em 1912) e seus subservientes seguidores brasileiros de terem sustentado a segunda premissa e justificado portanto sua conclusão. Não defenderei os antropólogos, que de defesa não precisam (sustentados que estão pelo aparato acadêmico), embora suas hostes não sejam tão numerosas nem seu credo tão unificado

quanto supõe o missivista. Mas o ponto levantado é demasiado central e operante na opinião pública para ser deixado sem resposta: na realidade, é sobre esse quiproçó que se erige e justifica o projeto governamental que pretende regulamentar a emancipação indígena.

Sustentam, sim, os antropólogos, que as culturas indígenas são diferentes mas equivalentes à nossa: as implicações porém que seu correspondente tira dessa posição me parecem errôneas. Pois que quer dizer equivalentes, senão que têm o mesmo valor? E que portanto o argumento, à primeira vista generoso, de que os índios têm o direito de serem como nós, colocando implicitamente nossa própria cultura e nossa noção de progresso como ponto de chegada, acima desses outros valores, pode significar depreciar-lhes o direito de serem eles próprios.

Não seria a primeira vez em que a proclamação da igualdade dos homens levaria à destruição da diversidade. Assim foi feita a catequese colonial, hoje anacrônica, baseada no postulado universalista de que todos os homens são iguais diante de

Deus, e portanto passíveis de uma salvação concebida em termos europeus. Mas, para retomarmos os termos do recente manifesto dos antropólogos, em que unanimemente rejeitaram o projeto de emancipação, "diversidade não significa desigualdade: democracia racial não é necessariamente a fusão de todos em um modo de ser único, mas, talvez, o reconhecimento do valor de modos de ser diferentes".

Mas, se isto é reconhecer que as culturas indígenas são "equivalentes" à nossa, não significa afirmar que lhe são "equipotentes": é mais do que sabido que se encontram desarmadas diante da expansão da fronteira interna do país. Por isso mesmo cabe ao Estado melhorar a proteção que lhe compete, levando a tutela a bom cabo, e em particular preservando efetivamente da cobiça alheia as terras indígenas: a demarcação dessas terras, que deveria estar concluída em 1976 nos próprios termos do Estatuto do Índio adotado em 1973, seria uma garantia necessária embora não suficiente de tal preservação...

M.M.C. da Cunha, Capital